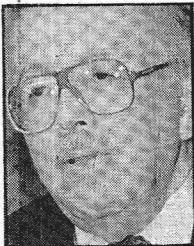


OS ABSOLVIDOS

Doze parlamentares foram inocentados das denúncias



Humberto Lucena (PMDB-PB) — Como presidente do Senado, teve o privilégio de apresentar seu depoimento por escrito à CPI. Nele, disse estar indignado com a menção de seu nome por José Carlos Alves dos Santos e apresentou declarações de patrimônio e de renda. Sua movimentação bancária foi considerada compatível com sua renda.



Mauro Be-nevides (PMDB-CE) — Foi acusado pelo ex-assessor do Senado de saber do esquema de manipulação de verbas federais. Como ex-presidente do Senado, ele pôde responder a seu depoimento por escrito e teve o apoio de uma tropa de choque para isentá-lo de culpa por não ter aberto a CPI do Orçamento em 1992.



Teotônio Vile-la Filho (PSDB-AL) — O senador foi convocado pela CPI porque seu nome constava dos documentos apreendidos da Odebrecht ao lado de percentuais com a sigla T.V. Negou ter beneficiado a construtora quando foi sub-relator da Eletrobrás e do Ministério das Relações Exteriores na Comissão de Orçamento. A sigla T.V. aparece ao lado de quatro emendas nos documentos.



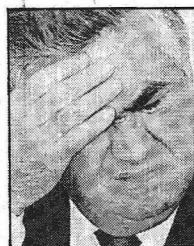
Alexandre Costa (PFL-MA) — Citado por José Carlos Alves dos Santos, o ex-ministro da Integração Regional ficou furioso com as suspeitas que recaíam sobre ele. Negou que as siglas assinaladas nos documentos da Odebrecht se referissem a assessores seus no Ministério. Sobre o fato de ter sido citado pelo ex-assessor, respondeu simplesmente: "Não sou psiquiatra para saber as razões".



Osmânia Pe-reira (PSDB-MG) — Convocado a depor porque seu nome apareceu com um percentual à frente nos documentos da Odebrecht. Levou à CPI documentos para provar que desde 1989 sua variação patrimonial e movimentação bancária são compatíveis com seus vencimentos e negócios como empresário rural. Magalhães disse que o depoimento o convenceu "verbalmente".

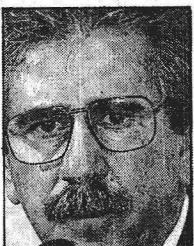


Roberto Jef-ferson (PTB-RJ) — Acusado pelo ex-assessor do Senado José Carlos Alves dos Santos de estar envolvido na máfia do Orçamento, saiu absolvido no seu depoimento. Apenas seis parlamentares participaram do interrogatório e a CPI não encontrou irregularidades na sua movimentação bancária ou no seu patrimônio.



Waldomiro Lima (PDT-RS) — Ex-relator parcial da comissão de Orçamento, era suspeito de ter favorecido a construtora

Odebrecht em emendas. Em seu depoimento à CPI não soube explicar por que suas iniciais estavam nos documentos apreendidos na casa do diretor da empreiteira, Ailton Reis, e garantiu que não o conhecia.



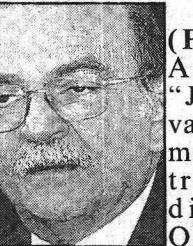
Eraldo Tino-co (PFL-BA) — Admitiu em seu depoimento à CPI que o Orçamento de 1992 foi modificado depois de ter sido aprovado em plenário, classificando esse procedimento de "rotineiro". Mas negou que tivesse auxiliado o deputado Ricardo Fiúza a adulterar o Orçamento, alegando que na época se encontrava nos Estados Unidos.



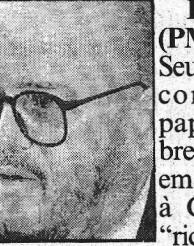
Mansueto de Lavor (PMDB-PE) — Relator da Comissão de Orçamento da União em 1992, o nome do senador apareceu nos documentos que foram apreendidos pela Polícia Federal na casa do diretor da Construtora Norberto Odebrecht, Ailton Reis, com percentuais à frente de diversas obras.



Sérgio Guerra (PSB-PE) — Ex-integrante da comissão de Orçamento, prestou um depoimento considerado tecnicamente perfeito, mas deixou dúvidas sobre sua participação na inclusão de emendas no Orçamento de 1992, depois de aprovado. As subcomissões de banco e de patrimônio não encontraram qualquer evidência de enriquecimento ilícito.



Jesus Tajra (PFL-PI) — As iniciais "JT" constavam dos documentos encontrados com o diretor da Odebrecht e foram imediatamente ligadas ao seu nome. Nada se provou e ele saiu completamente inocentado. O relator, deputado Roberto Magalhães, chegou a admitir que ele foi convocado por engano.



Pedro Irujo (PMDB-BA) — Seu nome foi encontrado nos papéis da Odebrecht. Declarou em depoimento à CPI que era "rico, mas muito rico mesmo". Caiu em contradição ao afirmar que a Fundação Pedro Irujo, de Salvador, jamais recebeu verbas de subvenção social, mas suas respostas foram consideradas satisfatórias pelo relator Roberto Magalhães.